

Título: “O poder local em Portugal e a legitimidade democrática: respostas à pandemia de covid-19 e representação política dos cidadãos e dos territórios”

Autora: Maria Antónia Pires de Almeida, investigadora do CICP, Universidade do Minho.

Resumo:

Pela sua proximidade às populações, é no poder local que recai a responsabilidade de assegurar a qualidade de vida dos seus municípios. Perante a pandemia de Covid-19 as autarquias foram obrigadas a dar respostas imediatas à crise económica e social, que incluíram o reforço das informações nos *sites* institucionais e nas redes sociais. Esta investigação, centrada na análise dos conteúdos das mensagens eletrónicas de uma seleção de municípios, faz parte de um projeto mais vasto para construir uma base de dados com os 308 municípios portugueses. O objetivo é verificar o interesse do poder local na transparência e assim estimular a confiança e a participação dos cidadãos.

Palavras-chave: autarquias, confiança, *websites*, pandemia

Title: Local government in Portugal and democratic legitimacy: covid-19 pandemic responses and political representation of citizens and territories

Abstract:

Due to its proximity to the populations, local government is responsible for ensuring the quality of life of its residents. In face of the Covid-19 pandemic, municipalities were forced to provide immediate responses to the economic and social crisis, which included the reinforcement of information on institutional websites and social networks. This research, focused on analysing the contents of electronic messages from a selection of municipalities, is part of a broader project to build a database with 308 Portuguese municipalities. The objective is to verify local government’s interest in transparency and thus to stimulate trust and citizen participation.

Key words: local government, trust, websites, pandemic

Introdução:

O governo tem a responsabilidade de garantir a coesão económica, social e territorial, e o desenvolvimento sustentado. Contudo, pela sua proximidade às populações, é no poder local que recai a responsabilidade de garantir estes direitos em cada um dos seus territórios e consolidar as condições para garantir a qualidade de vida dos seus munícipes.

Perante a pandemia de Covid-19, e a crise de saúde pública, as autarquias foram obrigadas a dar respostas imediatas e diretas aos cidadãos que ultrapassaram as indicações das autoridades de saúde e a legislação dos estados de emergência.

Para um governo merecer a confiança dos cidadãos são necessárias transparência, boa prestação de contas e respostas adequadas. As iniciativas de *open government* tornaram-se veículos para aumentar a legitimidade e a confiança no poder local, especialmente quando a informação é clara, atualizada e responde a necessidades imediatas. Todos os municípios portugueses atualmente têm *sites*. Durante a pandemia, muitos adotaram as redes sociais para gerir situações de crise, pois são acessíveis e eficazes. As respostas dos governos locais à pandemia de Covid-19 são importantes para verificar os níveis de confiança dos cidadãos nas decisões das autoridades, já que as informações fornecidas são essenciais para a aceitação das estratégias para a redução da transmissão da doença.

Com o confinamento a nível mundial o discurso político dos representantes locais mudou. Analisam-se as novas posturas e estratégias do poder local para responder aos problemas económicos e sociais locais provocados pela pandemia, especialmente a utilização dos *websites* e redes sociais, que se tornaram veículos para aumentar a legitimidade e a confiança nos órgãos autárquicos. Esta investigação, centrada na análise dos conteúdos das mensagens nos *sites* e nas redes sociais por parte de uma seleção de municípios, faz parte de um projeto mais vasto para completar uma base de dados, atualizando-a com as respostas à situação pandémica, que é assim apresentada como um estudo de caso para verificar o interesse do poder local na transparência e no aumento da confiança e da participação dos cidadãos.

O poder local e as desigualdades territoriais

O poder local tem a responsabilidade de identificar e criar incentivos para que as suas populações vivam e trabalhem, combatendo o despovoamento. Considerando que a liderança efetiva é um elemento chave para gerir situações de crise, (Cepiku, Mussari, Giordano 2016), as elites locais são essenciais para promover o desenvolvimento local, a

ocupação dos territórios e o aumento da capacidade de produção, ao criar as condições para estimular as atividades económicas e a criação de emprego. Os espaços rurais não são todos iguais e os seus habitantes e representantes locais têm a obrigação de seguir os programas eleitorais que apresentaram aos eleitores e escolher e colocar em prática as políticas mais adequadas para os problemas particulares que atingem os respetivos concelhos.

Esta investigação parte de uma base de dados pré-existente com os 308 municípios portugueses¹, à qual foram acrescentados os currículos, percursos políticos, programas eleitorais dos 308 presidentes de câmara eleitos em 2013 e 2017, numa perspetiva de análise dos conteúdos das mensagens nos *sites* e nas redes sociais. Infelizmente para a questão da transparência, muitos destes representantes eleitos ainda não se aperceberam da importância e da necessidade de publicar estes dados para conhecimento dos seus eleitores. Nas 308 câmaras consegui acesso a apenas 52,3% dos currículos dos presidentes nos *sites* (mais 2,9% muito incompletos) e a 209 programas eleitorais ou, na falta destes, às mensagens nos *sites* das câmaras e discursos de tomada de posse (67,9%). Após décadas de investimento em infraestruturas e parques industriais, com uso intensivo de fundos europeus, os representantes políticos locais alteraram os seus critérios para atrair investimentos e assegurar a sua eleição e reeleição para os cargos autárquicos.

Nas mensagens e programas políticos da maioria dos presidentes das câmaras encontra-se a exigência de maior autonomia e descentralização administrativa. Coesão social, desenvolvimento sustentável, recursos, património e oportunidades são os termos usados com maior frequência, distinguindo-se as mensagens para concelhos urbanos e rurais. Para os presidentes de câmara de grandes cidades, os grandes temas foram as redes, a internacionalização, o emprego e a reconstrução urbana, que foi posta em prática com o aumento exponencial do turismo. Até 2020 assistiu-se em Lisboa e no Porto a um movimento de renovação e de conversão de prédios antigos em condomínios de luxo, hostels e Airbnb, assim como a abertura de novos restaurantes e da substituição do comércio tradicional por cadeias internacionais, numa autêntica “disneyficação” dos centros históricos. Os bairros mais tradicionais foram transformados em parques temáticos e os residentes foram afastados, quando as rendas e valores imobiliários chegaram aos níveis das capitais mundiais.

¹ Disponível em <http://er.cies.iscte-iul.pt/pt-pt/node/79> e Almeida, 2014.

A massificação do turismo, que se pode considerar excessivo e classificar-se na categoria de “overtourism” (Phi 2020), acarretou um aumento do movimento de *tuk tuks*, navios de cruzeiro e poluição. As rendas e os valores imobiliários atingiram os níveis das capitais mundiais, o que originou a gentrificação de bairros antigos, de onde os antigos residentes saíram por falta de poder monetário para enfrentar os preços do imobiliário que subiram 50% entre 2012 e 2018, enquanto os salários se mantiveram baixos. Em 2019 Lisboa era a capital europeia com mais unidades de Airbnb por residente, com números mais elevados que Barcelona, Paris, Roma ou Amsterdão². A população permanente foi substituída por outra flutuante, especialmente nos bairros históricos, como a freguesia de Santa Maria Maior, que perdeu 20% dos seus eleitores entre 2013 e 2020: de 12.516 para 9766³, e 41% das casas e apartamentos foram transformados em residências turísticas⁴.

Já nos municípios rurais, as principais preocupações são as estratégias de atração para pessoas e empresas. Com o despovoamento e a profunda crise provocada pelo desinvestimento industrial e a deslocação de muitas empresas para mercados não regulados, o que aumentou o desemprego, grande parte da paisagem agrária foi transformada em espaços de lazer, de turismo e de conservação da natureza, além de lhe ser atribuído um papel pedagógico para o público juvenil (Eusébio, Carneiro, Kastenholz, Figueiredo, Silva 2017), onde as pessoas se deslocam para consumir o ar despoluído, as tradições e o património. A função utilitária do meio rural como fornecedor de matérias-primas e alimentos foi substituída por local de diversão para as populações urbanas experimentarem estilos de vida alternativos. Estas novas representações sociais do rural são também reproduzidas nas políticas públicas, tanto locais como centrais, para atrair novos residentes e turistas, tornando-se um tema central nos programas políticos, pois podem atrair investimento e fornecer algum rendimento aos empresários locais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável dos destinos rurais (Eusébio, Kastenholz, Breda 2016).

Por todo o país os maiores investimentos passaram a ser aplicados nas áreas dos serviços e das atividades ligadas ao turismo. Particularmente nas zonas onde a agricultura deixou

² Ricardo Sant'Ana Moreira, “Já não cabem mais Airbnb em Lisboa”, *O Jornal Económico*, 03/06/2019, <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/ja-nao-cabem-mais-airbnb-em-lisboa-451783>.

³ <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/index.html#%00>, <https://www.jf-santamariamaior.pt/freguesia/historia-da-freguesia/>, dados atualizados em 25.06.2020.

⁴ “Alojamento local ocupa 41% das casas do centro histórico de Lisboa”, *Expresso*, 06/12/2018, <https://expresso.pt/revista-de-imprensa/2018-12-06-Alojamento-local-ocupa-41-das-casas-do-centro-historico-de-Lisboa>.

de ser a atividade principal, foi necessário inventar novas atividades para as pessoas e para a economia local. O respetivo património assumiu novas definições e tipologias: pode ser natural ou construído, material ou imaterial, e pode incluir pessoas, paisagem, gastronomia e até as ondas e o ar, que são publicitados e vendidos, juntamente com a paisagem, o artesanato e o ambiente limpo e despoluído. Numa era marcada pela forte mediatização do ambiente e dos seus problemas, valoriza-se o património cultural e natural como recurso mercantil (Guimarães 2018). As preocupações mais evidentes são a internacionalização dos produtos locais e as certificações como património regional ou mesmo da UNESCO, assim como a redescoberta do artesanato e de tradições populares há muito em desuso (como foi o caso dos caretos em Vinhais, por exemplo) para estimular a produção e o emprego, com a adjetivação obrigatória da qualidade e da tradição, tudo tem sido usado para vender a paisagem e o meio rural (Almeida 2017).

As certificações regionais ou internacionais contribuem para produzir marcas e até mesmo para apresentar o próprio país como uma marca reconhecida internacionalmente. As políticas públicas que as promovem emergem como resposta às pressões da economia globalizada e cuja formulação se centra na identificação das vantagens competitivas do país, projetadas mundialmente através de uma imagem de marca com a qual se pretende diferenciar o país face aos concorrentes e atrair mais-valias (Quintela 2021).

Os emigrantes nunca são esquecidos como potenciais fontes de investimento. E os festivais de verão e a promoção dos produtos locais estão sempre presentes nos discursos e nos calendários de atividades. Contudo, grande parte do retorno acaba por ser sazonal, incentivado pelas férias dos emigrantes, o que não gera rendimentos suficientes para uma permanência dos empreendimentos locais.

Há múltiplos exemplos de estratégias de atração dirigidas especialmente aos grupos mais jovens e mais idosos dos municípios rurais, focadas principalmente em políticas de incentivo às famílias, ao aumento da natalidade e ao apoio às crianças, ao cuidado com os idosos, entre outras como a educação profissional, formação de jovens e participação cívica.

Porém, nenhuma destas ações consegue contrariar a falta de emprego, o desinvestimento público e privado e a falta de serviços básicos, como a água, a eletricidade, as comunicações, o ensino, os cuidados de saúde. A vontade de muitos profissionais se mudarem para o interior, mantendo os seus trabalhos à distância, não resiste à fraca cobertura da net e aos deficientes serviços que lá encontram.

Tendo em conta esta realidade e apesar do claro o objetivo de atrair pessoas e empresas, a maior parte dos programas políticos dos autarcas dos meios rurais revelam um cuidado especial com os produtores locais, a precisar de proteção num ambiente hostil de agricultura globalizada. Os pequenos produtores têm um papel importante na preservação da paisagem e na revitalização das tradições, que são fundamentais para atrair turistas e potenciais novos residentes. Contudo, a agricultura de subsistência praticada em hortas e pequenas propriedades não passa geralmente de um complemento a outras atividades e a situações de reforma ou desemprego, em prática num mundo rural depois da agricultura (Baptista 2006; Baptista 2010).

Os mais bem-sucedidos presidentes de câmara em termos de popularidade e critérios de reeleição têm características muito semelhantes: são líderes fortes, com laços bem estabelecidos com a comunidade local e afinidades culturais com os seus eleitores.

Não obstante as estratégias de atração descritas, todas elas são incompatíveis com o desinvestimento na criação de indústria para novos empregos, assim como as novas realidades da monocultura superintensiva e altamente especializada de frutas e legumes, vinho e azeite, que altera a paisagem e polui o ambiente, esvazia barragens pelo excesso de irrigação, usa químicos e trabalhadores sazonais e precários, geralmente de fora da região e do país, o que aliás obedece à tradição secular do trabalho no campo em Portugal, mas em nada contribui para as economias locais (Almeida 2020; Almeida 2021b). Para agravar a destruição da paisagem encontramos por todo o país florestas queimadas, minas a céu aberto e centrais para produção de energia solar e eólica.

A pandemia de Covid-19 e as respostas municipais

A pandemia de Covid-19 originou uma crise de saúde pública, além de económica e social, que forçou as autarquias, pela sua característica de proximidade, a darem respostas imediatas e diretas aos cidadãos, e que ultrapassaram as indicações das autoridades de saúde e a legislação dos estados de emergência.

Para um governo merecer a confiança dos cidadãos são necessárias transparência, boa prestação de contas e respostas adequadas (Cheema, Popovski 2010; Armstrong 2005). As iniciativas de *open government* tornaram-se veículos para aumentar a legitimidade e a confiança no poder local, especialmente quando a informação é clara, atualizada e responde a necessidades imediatas (Tolbert, Mossberger 2006; Warren, Sulaiman, Jaafar

2014; Nulhusna, Sandhyaduhita, Hidayanto, Phusavat 2017). Em resumo, a transparência e iniciativas de *open government* tornaram-se veículos para aumentar a legitimidade e a confiança no poder local. Em Portugal o Índice de Transparência Municipal (ITM), baseado nos *sites* oficiais dos municípios portugueses (Cruz, Tavares, Marques, Jorge, Sousa 2016), permite verificar o interesse do poder local em Portugal na questão da transparência. Ao fim de alguns anos, o índice revelou que os autarcas passaram a ter maior cuidado na divulgação dos dados listados.

Entre as formas de governo eletrónico, as redes sociais, definidas por Kaplan e Haenlein (2010) como um grupo de aplicações na internet que permitem a criação e troca de conteúdos gerados pelos utilizadores, constituem o meio mais eficaz para o governo melhorar a confiança dos cidadãos, ao aumentar a perceção da transparência (Song, Lee 2016). Pela sua natureza interativa, as redes sociais podem ter uma ação significativa como pontes entre as entidades governamentais e os cidadãos, ao facilitarem o acesso direto à informação e constituírem uma plataforma de comunicação que aumenta a perceção dos cidadãos sobre o nível de confiança no governo (Rotchanakitumnuai 2013).

Todos os municípios portugueses atualmente têm *sites*, se bem que estes não estão uniformizados e ainda oferecem poucas possibilidades para a participação dos cidadãos (Dias 2015). Mas o problema da acessibilidade fica facilitado com as redes sociais. Em Portugal, o poder local tende a preocupar-se com a abstenção eleitoral e alguns municípios recorrem às redes sociais como ferramenta para aumentar a participação política dos cidadãos. Estudos comprovam as páginas oficiais dos municípios mais proativos no Facebook fazem parte de um conjunto de ferramentas estáveis e contínuas para comunicar com os cidadãos e assim promover a sua participação política (Silva, Tavares, Lameiras 2019; Park, Jae, Choi, Kim, Rho 2015), contribuindo para aumentar os níveis de transparência e de respostas aos interesses imediatos dos cidadãos, o que também aumenta significativamente o impacto da confiança dos cidadãos no governo (Tavares, Cruz 2020; Al-Aufi, Saif, Al-Harhi, AlHinai, Al-Salti, Al-Badi 2017; Haro-de-Rosario, Sáez-Martín, Caba-Pérez 2018; Beshi, Kaur 2020; Arshad, Khurram 2020).

Em 2019 apenas 14 municípios não tinham Facebook e as grandes cidades já o utilizavam amplamente para comunicar com os cidadãos (Silva, Tavares, Silva, Lameiras 2019). Recentemente, com a pandemia, já todos usam esta ferramenta e os municípios pequenos tornaram-se muito ativos nos *sites* e nas redes sociais, como já comprovei numa escolha aleatória (Almeida 2021a). As respostas dos governos locais à pandemia de Covid-19 são

importantes para verificar os níveis de confiança dos cidadãos nas decisões das autoridades, já que as informações fornecidas são essenciais para a aceitação das estratégias para a redução da transmissão da doença. Henderson, Ward, Tonkin, Meyer, Pillen, McCullum, Toson, Webb, Coveney, Wilson (2020) verificaram que conselhos de saúde pública regulares e atualizados demonstram proatividade dos governos e aumentam a disposição do público para adotar medidas de prevenção.

A declaração do Estado de Emergência em 18 de março de 2020 implicou confinamento da população, restrições de direitos e liberdades de circulação e trabalho e educação à distância. Contudo, manteve-se o fornecimento de serviços essenciais e produtos de consumo. O poder local foi confrontado com preocupações específicas, cuja urgência obrigou a soluções imediatas: entre muitas outras, destacam-se a educação e a assistência aos mais carenciados. Uma vez que os municípios são responsáveis pelo fornecimento das refeições à população escolar, especialmente às famílias de baixos rendimentos que não pagam esse serviço, uma das suas primeiras ações consistiu na manutenção das cantinas em funcionamento, distribuindo as refeições à porta das escolas. Apesar da telescola, que foi rapidamente introduzida na RTP, o ensino em casa constituiu um desafio para muitas famílias, que não dispunham dos meios informáticos suficientes para os alunos seguirem as aulas.

Os municípios do Fundão e de Setúbal são aqui apresentados como exemplos das dificuldades encontradas e da forma como se organizaram para as superar. Convidados para um *webinar* pelo IPPS, Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, do ISCTE – Instituto Universitário Europeu⁵, o Presidente da Câmara Municipal do Fundão e o Vereador da Educação da Câmara Municipal de Setúbal descreveram as reuniões nos primeiros dias após o fecho das escolas em 13 de março de 2020, para decidirem procedimentos, refeições escolares e gestão dos trabalhadores. Conscientes que o ensino é obrigatório e tem de ser assegurado, e confrontados a obrigatoriedade do ensino à distância, os municípios tomaram consciência do papel social da escola no processo de educação e no acompanhamento das famílias e identificação de situações sociais complexas e de perigo. Na emergência de salvar o ano letivo, contaram com o empenho dos professores, das famílias, das juntas de freguesia e das autoridades policiais. A primeira ação descrita pelos referidos autarcas consistiu na identificação das famílias que

⁵ “Da escola para casa: o papel das câmaras municipais”, 17/06/2020, <https://www.youtube.com/watch?v=f9UBqWB8Pag&feature=youtu.be>.

teriam dificuldade de acesso aos meios tecnológicos: em muitas situações não havia um computador por cada membro do agregado, nem acesso à net. O mesmo sucedia com alguns professores. Foi necessário encontrar estratégias alternativas, que incluíram contactos pessoais e telefónicos por parte dos professores e das juntas de freguesia, e distribuição semanal de trabalhos e fichas em papel aos alunos. No caso do Fundão, um município de montanha, o problema da distribuição das fichas de trabalho e das refeições foi agravado pela dificuldade dos transportes até aldeias remotas. Da responsabilidade de transportar os alunos para as escolas, passou-se para o transporte da alimentação até casa de alguns alunos, para quem esta refeição é a única do dia. O mesmo problema colocou-se em relação aos serviços e acompanhamento dos idosos, cuja gestão e logística também foi assegurado pelas autarquias, coordenando as instituições já existentes. No que diz respeito aos computadores e serviço de internet, o Fundão tinha já computadores nas escolas desde 2014, a partir do projeto “Academia de Código Júnior”. Os professores telefonaram às famílias para identificarem as situações e esses computadores foram distribuídos a todos os alunos que não os tinham, assim como internet e routers. Foram também estabelecidas linhas de apoio técnico e de apoio ao domicílio, complementadas com apoio psicológico. A autarquia conjugou os esforços das empresas locais e da sociedade civil, que prestaram apoio técnico. Esta situação de exceção revelou o papel da escola na estabilidade social e na vivência de muitas crianças e jovens. É na escola que muitos jovens encontram relações sociais e alimentação, estabilidade de comportamentos e aprendizagem de cumprimento de regras: ambos os autarcas revelaram preocupações respeitantes a esta ausência que poderá vir a ter consequências que preocupam a comunidade educativa (Almeida 2021a).

Na seleção de municípios até agora analisada, alguns autarcas mostraram-se mais ativos que outros, tanto nas ações como na respetiva divulgação nas plataformas de comunicação: foram muitas e variadas as iniciativas locais para lidar com a pandemia. Uma característica comum a todo o país foi o cancelamento de todos os festivais de verão e atividades culturais, assim como o encerramento de restaurantes, alojamentos turísticos, piscinas e parques de campismo durante todo o verão de 2020, o que teve repercussões graves na atividade económica e social, particularmente nos concelhos do interior. Com o fornecimento de novos serviços, os orçamentos municipais tiveram de ser ajustados: entre março e setembro de 2020, os municípios portugueses gastaram 166,1 milhões de euros em despesas relacionadas com a pandemia, que incluíram equipamentos médicos

(ventiladores, testes, desinfetantes, máscaras, luvas, etc.); computadores e serviços de internet; transferências diretas a famílias e associações locais; educação e fornecimento de computadores e serviços de internet aos alunos carenciados; assistência aos idosos e pessoas em risco com fornecimento de alimentação, medicamentos, serviços de distribuição; cancelamento total ou parcial dos pagamentos da água e de rendas municipais, assim como taxas de esplanadas. Na relação dos gastos por residente podemos constatar que os municípios do interior surgem no topo da lista: Castro Verde gastou 313€, Alcoutim 138€, Penamacor 100€ e Cascais 94,80€⁶.



Figura 1: Cartaz publicado no Facebook do Município de Sousel em 18/01/2021 e exposto nas paragens de autocarro da Freguesia de Santo Amaro.

Tanto nos *sites* municipais como no Facebook multiplicaram-se os avisos e conselhos práticos, assim como os relatórios diários ou semanais da situação epidemiológica. Alguns municípios produziram vídeos a promover os recursos naturais, com imagens de paisagens e bailarinos em ruas desertas, como foram os casos de Lisboa, e de Avis, que

⁶ Paulo Ribeiro Pinto, “Autarquias gastaram mais de 166 milhões com a covid em sete meses”, *Dinheiro Vivo*, 13/01/2021, <https://www.dinheirovivo.pt/economia/nacional/autarquias-gastaram-mais-de-166-milhoes-com-a-covid-em-sete-meses-13223551.html>.

no dia 3 de abril de 2020 publicou um vídeo com o título: "Estamos em pausa. Voltamos em breve para celebrar a vida consigo!"⁷.



Figura 2: Situação epidemiológica do concelho de Avis, imagem publicada no Facebook do Município de Avis em 04/12/2020.

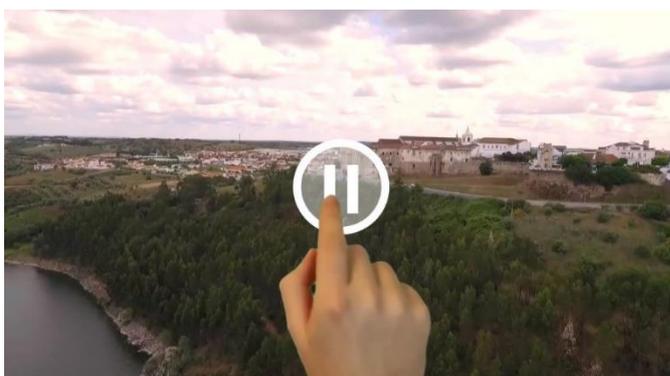


Figura 3: Vídeo publicado no Facebook do Município de Avis em 03/04/2020.

Logo que o país desconfinou, em 5 de junho o mesmo município publicou novo vídeo no qual afirmou: "Estamos de volta para celebrar a vida consigo"⁸. Outros fizeram vídeos

⁷ <https://www.facebook.com/117466304934808/videos/2620064084943542>.

⁸ <https://www.facebook.com/117466304934808/videos/254472722491393>.

com os respetivos presidentes a falar aos cidadãos sobre a necessidade de proteção da saúde pública e com explicações para as medidas postas em prática, como se viu na Figueira da Foz, São João da Madeira, em Estremoz, com instruções sobre o uso da máscara⁹, ou em Albufeira com um discurso a agradecer aos prestadores de serviços. Além da promoção das paisagens, gastronomia, património, artesãos locais e da economia local em geral, muitos foram os municípios que instituíram programas de apoio ao comércio local, especialmente na época do Natal, com vales de compras e subsídios diretos e indiretos.

Em Lisboa e Porto, a paragem do fluxo de turistas alterou o discurso e as estratégias políticas. Depois de março de 2020, os respetivos presidentes de câmara focaram as suas atenções precisamente nos bairros históricos e na questão das habitações para os residentes, depois de terem passado anos a promover a reconversão de prédios e bairros inteiros em alojamentos locais temporários. Já existia um Programa de Arrendamento Acessível em Lisboa, mas que registara apenas 242 contratos em 2020. Em julho de 2020 Fernando Medina garantiu que “depois da pandemia de Covid-19 passar, Lisboa vai ‘livrar-se’ do Airbnb e transformar os alojamentos para férias curtas em casas para os trabalhadores essenciais. O presidente da Câmara de Lisboa (CML) defende que ‘este é o momento de fazer as coisas de forma diferente’. Apesar de reconhecer que a capital portuguesa beneficiou da vinda de milhares de turistas nos últimos anos, Fernando Medina aponta que também se pagou um ‘preço social’ por este movimento (...) ‘Os trabalhadores essenciais e as suas famílias são cada vez mais forçados a sair, já que os alojamentos de férias, como Airbnb, ocupam mais de um terço das propriedades no centro da cidade de Lisboa, aumentando os preços de rendas, esvaziando comunidades e ameaçando o caráter único’, escreveu o autarca”¹⁰. Contudo, a concretização deste programa ficou aquém do anunciado e a entrega de casas de renda acessível não ultrapassou os 7,2% do previsto¹¹. No Porto também foi lançado um novo programa municipal em 11 de maio de 2020: “Porto com Sentido”, para “Ampliar e diversificar o Programa de Habitação a preços acessíveis na cidade do Porto”¹². Estas cidades também

⁹ Publicado no Facebook em 07/04/2020, <https://www.youtube.com/watch?v=A7yZS99MO-Q&t=14s>.

¹⁰ Mariana Espírito Santo, “‘Depois do coronavírus, Lisboa vai livrar-se do Airbnb’, diz Medina”, *Eco*, 06/07/2020, <https://eco.sapo.pt/2020/07/06/depois-do-coronavirus-lisboa-vai-livrar-se-do-airbnb-diz-medina/>.

¹¹ Isabel Tavares, “Medina prometeu seis mil casas de renda acessível em Lisboa, entregou 391”, *SAPO 24*, MadreMedia, 26/05/2021, <https://24.sapo.pt/economia/artigos/medina-prometeu-seis-mil-casas-de-renda-acessivel-em-lisboa-entregou-391>.

¹² <https://www.cm-porto.pt/editais/programa-municipal-porto-com-sentido>.

publicaram nos seus *sites* e redes sociais programas sociais e iniciativas locais para promover a economia e a cultura, assim como organizaram *webinars* com debates sobre a pandemia. Em Lisboa, o ciclo de conferências *Encontro de Urbanismo 2020* foi subordinado ao tema “Preparar as cidades para riscos globais”, e incluiu discussões sobre “Um Manual de utilizador da cidade em tempo de COVID-19”, “Lições do passado: prosperar após crises de saúde pública” e “Compreender a cidade a partir das emoções geradas pela pandemia”, entre outros¹³. No Porto os *webinars* sobre “Economia da cidade do Porto” realizaram-se em maio de 2020, discutindo “temas como as medidas fiscais e de financiamento, o papel da tecnologia neste período de crise, o turismo, o posicionamento do Porto como destino de segurança e ainda o setor do comércio e a realidade futura dos negócios”. No último, com a participação do próprio presidente da câmara Rui Moreira, debateram-se os “Novos desafios e reinvenção da economia local”¹⁴.

Com o novo confinamento em 15 de janeiro de 2021, a experiência adquirida pelas câmaras revelou-se fundamental e já tudo estava preparado para os novos desafios. Por exemplo, em fevereiro de 2021 o município do Fundão já tinha distribuído computadores e acesso de *internet* a todos os alunos que não os tinham, substituindo-se assim ao Ministério da Educação que se atrasou no cumprimento deste programa.

Conclusão

Algumas conclusões provisórias sobre a análise de conteúdos dos discursos do poder local em resposta à crise provocada pela pandemia permitem-nos afirmar o interesse do poder local na divulgação de informações e na colocação em prática de ações para lidar com as situações de maior necessidade, apostando assim na transparência como meio de estimular a confiança e a participação dos cidadãos.

A pandemia e as novas necessidades das populações mais carenciadas sobrecarregaram as competências dos municípios, especialmente no que diz respeito à capacidade organizativa e à utilização dos recursos, serviços e instituições já existentes. As ferramentas digitais e redes sociais estão a ser usadas para responder às necessidades dos cidadãos e os municípios mostraram ser eficientes nas respostas às famílias e à comunidade escolar. Houve investimentos nos conteúdos digitais e na informação nas

¹³ <https://www.lisboa.pt/encontro-de-urbanismo-2020>.

¹⁴ <https://www.porto.pt/pt/noticia/novos-desafios-e-reinvencao-da-economia-local-e-o-tema-do-ultimo-webinar-que-conta-com-a-participacao-de-rui-moreira>.

redes sociais e os municípios mais ativos divulgaram as ações dos seus representantes eleitos, informações sanitárias e recomendações. Para muitos eleitos locais esta situação criou a oportunidade de mostrar trabalho, numa antecipação das eleições autárquicas de 2021, e contribuiu para aumentar a legitimidade democrática, pois a transparência é uma ferramenta importante para uma escolha eleitoral informada.

Pela amostra analisada, podemos concluir que as câmaras municipais e as juntas de freguesia cumpriram as suas responsabilidades perante os seus cidadãos e territórios, promovendo ações diretas e divulgando as suas ações por meios acessíveis e de grande visibilidade. Como resultados práticos podemos apresentar a tomada de consciência (ou descoberta), por parte de alguns representantes eleitos, das vantagens do *e-government* e das redes sociais, não só como critério de reeleição, mas sobretudo como serviço público.

Bibliografia:

Al-Aufi, Ali Saif, Ibrahim Al-Harthi, Yousuf AlHinai, Zahran Al-Salti, Ali Al-Badi (2017), “Citizens’ perceptions of government’s participatory use of social media”, *Transforming Government: People, Process and Policy*, 11 (2), pp. 174-194.

Almeida, Maria Antónia (2014), *Dicionário biográfico do poder local em Portugal, 1936-2013*, Lisboa, Leya.

Almeida, Maria Antónia (2017), “Territorial inequalities: depopulation and local development policies in the Portuguese rural world”, *AGER – Revista de Estudios sobre Despoblación y Desarrollo Rural*, 22, pp. 61-87.

Almeida, Maria Antónia (2020), “The use of rural areas in Portugal: historical perspective and new trends”, *Revista Galega de Economía*, 29 (2), pp. 1-17.

Almeida, Maria Antónia (2021a), “Portuguese municipalities and education in times of pandemic”, *EURA Conversations*, #23, 26 April, European Urban Research Association, <https://eura.org/eura-conversations/>.

Almeida, Maria Antónia (2021b), “A nova paisagem rural portuguesa e o trabalho na agricultura superintensiva”, em Margarida Seixas, Cristina Rodrigues (orgs.), *Da Escravidão ao Trabalho Digno: Nos 150 anos da abolição da escravidão em Portugal e nos 100 anos da criação da OIT*, *Cadernos Sociedade e Trabalho*, XXI, Lisboa, Edições GEP, pp. 289-302.

Armstrong, Elia (2005), “Integrity, transparency and accountability in public administration: Recent trends, regional and international developments and emerging issues”, United Nations, Department of Economic and Social Affairs.

Arshad, Saman, Sobia Khurram (2020), “Can government’s presence on social media stimulate citizens’ online political participation? Investigating the influence of transparency, trust, and responsiveness”, *Government Information Quarterly*, 37 (3).

Baptista, Fernando O. (2006) “O rural depois da agricultura”, em M. L. Fonseca (ed.), *Desenvolvimento e território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 85-105.

Baptista, Fernando O. (2010), *O espaço rural: declínio da agricultura*, Lisboa, Celta.

Beshi, Taye D., Ranvinderjit Kaur (2020), “Public trust in local government: Explaining the role of good governance practices”, *Public Organization Review*, 20 (2), pp. 337-350.

Cepiku, Denita, Riccardo Mussari, Filippo Giordano (2016), “Local governments managing austerity: Approaches, determinants and impact”, *Public Administration*, 94 (1), pp. 223-243.

Cheema, G. Shabbir, Vesselin Popovski (eds.) (2010), *Building trust in government: Innovations in governance reform in Asia*, New York, United Nations University Press.

Cruz, Nuno F., António F. Tavares, R. Marques, Susana Jorge, Luís de Sousa (2016), “Measuring local government transparency”, *Public Management Review*, 18 (6), pp. 866-893.

Dias, Gonçalo P. (2015), “Governo eletrónico local: a dimensão é determinante?”, em Luís de Sousa, António F. Tavares, Nuno F. Cruz, Susana Jorge (orgs.), *A Reforma do Poder Local em Debate*, Lisboa, ICS, 137-142.

Eusébio, Celeste, Elisabeth Kastenholtz, Zélia Breda (2016), “Tourism and sustainable development of rural destinations”, em Elisabeth Kastenholtz, Maria João Carneiro, Celeste Eusébio, Elisabete Figueiredo (eds.), *Meeting challenges for rural tourism through co-creation of sustainable tourist experiences*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing, pp. 329-350.

Eusébio, Celeste, Maria João Carneiro, Elisabeth Kastenholtz, Elisabete Figueiredo, Diogo Silva (2017), “Who is consuming the countryside? An activity-based segmentation analysis of the domestic rural tourism market in Portugal”, *Journal of Hospitality and*

Tourism Management, 31, pp. 197-210.

Guimarães, Paulo (2018), “‘Através da Natureza Campestre e Mansa’: Agrarismo e Lutas pela Justiça Ambiental em Portugal (Séculos XIX E XX)”, in Roque, Ana Cristina et al (coords.), *Alterações Ambientais em Perspetiva Histórica*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, pp. 11-31.

Haro-de-Rosario, Arturo, Alejandro Sáez-Martín, María del Carmen Caba-Pérez (2018), “Using social media to enhance citizen engagement with local government: Twitter or Facebook?”, *New Media & Society*, 20 (1), pp. 29-49.

Henderson, Julie, Paul R. Ward, Emma Tonkin, Samantha B. Meyer, Heath Pillen, Dean McCullum, Barbara Toson, Trevor Webb, John Coveney, Annabelle Wilson (2020), “Developing and Maintaining Public Trust During and Post-COVID-19: Can We Apply a Model Developed for Responding to Food Scares?”, *Frontiers in Public Health*, 8, p. 369.

Kaplan, Andreas M., Michael Haenlein (2010), "Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media", *Business Horizons*, 53 (1), pp. 59-68.

Nulhusna, Rizqa, Puspa I. Sandhyaduhita, Achmad N. Hidayanto, Kongkiti Phusavatt (2017), "The relation of e-government quality on public trust and its impact on public participation", *Transforming Government: People, Process and Policy*, 11 (3), pp. 393-418.

Park, Min Jae, Hyeri Choi, Suk Kyoung Kim, Jae Jeung Rho (2015), “Trust in government’s social media service and citizen’s patronage behavior”, *Telematics and Informatics*, 32 (4), pp. 629-641.

Phi, Gian Thi (2020), “Framing overtourism: a critical news media analysis”, *Current Issues in Tourism*, 23 (17), pp. 2093-2097.

Quintela, Denise H. (2021), “Do projeto ‘Marca Portugal’ ao ‘Portugal Sou Eu’: que políticas públicas para a Marca Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 95, pp. 61-83.

Rotchanakitumnuai, Siriluck (2013), “The governance evidence of e-government procurement”, *Transforming Government: People, Process and Policy*, 7 (3), pp. 309-321.

Silva, Patrícia, António F. Tavares, Tiago Silva, Mariana Lameiras (2019), “The good, the bad and the ugly: Three faces of social media usage by local governments”, *Government Information Quarterly*, 36 (3), pp. 469-479.

Silva, Tiago, António F. Tavares, Mariana Lameiras (2019), “‘Trendy’ Cities: Exploring the Adoption of Different Types of Social Media by Portuguese Municipalities”, em Panos Panagiotopoulos, N. Edelmann, O. Glassey, G. Misuraca, P. Parycek, T. Lampoltshammer, B. Re, (eds), *Electronic Participation*, Springer, pp. 26-34.

Song, Changsoo, Jooho Lee (2016), “Citizens’ Use of Social Media in Government, Perceived Transparency, and Trust in Government”, *Public Performance & Management Review*, 39 (2), pp. 430-453.

Tavares, António F., Nuno F. Cruz (2020), “Explaining the transparency of local government websites through a political market framework”, *Government Information Quarterly*, 37 (3), pp. 101249.

Tolbert, Caroline J., Karen Mossberger (2006), “The effects of e-government on trust and confidence in government”, *Public administration review*, 66 (3), pp. 354-369.

Warren, Anne M., Ainin Sulaiman, Noor I. Jaafar (2014), “Social media effects on fostering online civic engagement and building citizen trust and trust in institutions”, *Government Information Quarterly*, 31 (2), pp. 291-301.